AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي

UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

P. O. Box 3243, AddisAbaba, ETHIOPIA Tel.: (251-11) 5182402 Fax: (251-11) 5182400

Website: www.au.int

SC12481

CONSELHO EXECUTIVO
Vigésima Quinta Sessão Ordinária
20 – 24 de Junho de 2014
Malabo, Guiné Equatorial

EX.CL/848 (XXV)
Original: Inglês

RELATÓRIO DA COMISSÃO SOBRE A SITUAÇÃO NO MÉDIO ORIENTE E NA PALESTINA

RELATÓRIO DA COMISSÃO SOBRE A SITUAÇÃO NO MÉDIO ORIENTE E PALESTINA
JANEIRO - JUNHO DE 2014

I. INTRODUÇÃO

1. A União Africana segue de perto os desenvolvimentos na Palestina e no Médio Oriente, no âmbito da Solidariedade de África e do mundo Árabe. A União tem apoiado a Causa Palestina ao longo dos anos e continua a fazê-lo até hoje, uma vez que esta luta continua a ser uma questão crucial para todo o Mundo Árabe. A solidariedade da União Africana com o Mundo Árabe em apoio à luta do povo Palestino tem como objectivo fundamental o estabelecimento de um Estado independente em todas as terras da Palestina, que foram ocupadas por Israel desde 1967, com Jerusalém como a sua capital. Esta posição política firme de todo o Mundo Árabe, apoiado pela União Africana, inclui igualmente um toque de clarim para a retirada imediata de Israel dos Montes de Golã Sírios e do sul do Líbano.

2. Este é o relatório da Comissão da União Africana (CUA) sobre a situação da evolução no Médio Oriente e na Palestina durante o período de Janeiro a Junho de 2014. Reconhecemos que uma compreensão completa da situação na Palestina não pode ser analisada sem olhar para o contexto mais amplo da região do Médio Oriente. Assim, durante o período em análise, a causa Palestina testemunhou complicações e mudanças graves orquestradas pelas dinâmicas regionais do Mundo Árabe. Estas dinâmicas incluíram, entre outras, as consequências devastadoras dos conflitos na Síria, Líbano, Iraque e Iémen, com enormes desafios humanitários. As mudanças políticas em curso na Tunísia, Líbia e Egipto, têm o seu próprio impacto sobre o Médio Oriente ea Questão Palestina. Todas estas situações recentes e ou em curso de conflito tendem a ofuscar as lutas Palestinas. Isto aconteceu como resultado da diminuição de interesse do Mundo Árabe na causa Palestina e/ou as prioridades de mudança da região e da comunidade internacional, que tem que responder agora a uma multiplicidade de pontos quentes.

3. O Processo de Paz entre as duas partes, a Palestina e Israel, nos Estados Unidos está actualmente a enfrentar vários obstáculos devido à postura intransigente da parte israelita, que adoptou uma política de agressão para impor um *factoconsumado* sobre os Palestinos. Esta diplomacia canhoneira por parte de Israel visa apenas a negar aos Palestinoso seu direito legítimo de estabelecer o seu próprio Estado no território de sua própria terra natal. OIsrael continua a ameaçar-lhes que irá impor uma série de novas sanções contra eles em resposta ao pedido da liderança Palestina a aderir a Acordos internacionais.

II. A SITUAÇÃO DE JERUSALÉM OCUPADO

4. O Jerusalém Oriental ocupado continua a sofrer agressões intensificadas israelitas ea campanha de judaização destinada a erradicar as identidades islâmicas e Cristãs da cidade. A estratégia israelita em Jerusalém Oriental envolveu igualmente esforços deliberados, para reduzir o número de população da cidade, a confiscação de terras Palestinas, a demolição de casas, ao redor da cidade em todos os lados dos assentamentos e a execução de procedimentos severos e restrições contra os Palestinos. Além disso, o Israel aumentou guardas ao longo do muro de separação que circunda a cidade velha. Este muro realmente separa Jerusalém da Cisjordânia e do resto dos territórios Palestinos. Ao fazer isso, o Israel procura impor um *facto consumado* e abortar as oportunidades de alcançar a solução de dois Estados para qual o Israel se recusa, apesar de ter aprovado e assinado acordos sobre esta solução no passado.

5. Os observadores indicam que a taxa de construção de assentamentos aumentou em 123% num passado recente. Esta escalada dramática é uma demonstração clara das intenções de Israel de querer continuar a ocupação de Jerusalém. Esta é igualmente mais uma demonstração de que Israel não está convencidacom asolução de dois estados e do estabelecimento de um Estado Palestino com a sua capital em Jerusalém, onde AlAqsa ea Igreja da Ressurreição estão localizadas.

6. No dia 18 de Janeiro de 2014, o Comité deQuds (Jerusalém) reuniu-se pela primeira vez desde 2002 e foi presidida pelo seu Presidente, o Rei Mohammed VI de Marrocos. O Comité discutiu várias questões, incluindo os mais recentes desenvolvimentos em Jerusalém, e como enfrentar as práticas israelitas que visam a erradicar a identidade de Jerusalém e da sua herança Islâmica Árabe. Além disso, o Comissão analisou igualmente a melhor forma de implementar as recomendações do Conselho Ministerial da Organização da Cooperação Islâmica (OCI), na sua recente reunião realizada na Guiné Conakry.

7. O ComitéAlQuds afirmou que o estabelecimento de uma paz justa e global no Médio Oriente foi e será sempre um dos principais objectivos dos Estados Membros da Organização da Cooperação Islâmica, com base na legitimidade internacional particularmente nas duas resoluções do Conselho de Segurança No. 242 e 338, bem como o princípio de terra por paz. O Comité solicitou a necessidade de acompanhar as negociações de paz para que a paz pudesse ser alcançadanesta base.

8. O Comité manifestou igualmente o seu apoio aos esforços empreendidos para estabelecer uma paz justa e abrangente nas Colinas de Golã Sírias ocupadas e a sua restauração completa de volta para as fronteiras de 04 de Junho de 1967. O Comité elogiou ainda a vitória do Líbano e da libertação da sua partesul.

9. O Comité reiterou o seu apoio à posição do Estado da Palestina que se baseia na sua soberania sobre a cidade de Jerusalém, incluindo o Santuário Sagrado dos AlHaram, bem como sobre todos os outros lugares Muçulmanos e Cristãos e santuários sagrados que foram ocupados por Israel desde Junho de 1967.Este reafirmou que Jerusalém é a capital do Estado da Palestina independente, e manifestou a sua rejeição de qualquer tentativa de comprometer a soberania completa e absoluta do Estado Palestino sobre Jerusalém.

10. A Paz não pode ser alcançada até, e a menos que o Jerusalém Oriental ocupado torna-se a capital do Estado Palestino. A ocupação contínua, a construção de assentamentos, a Judaização da Cidade Santa, a agressão contra os santuários sagrados Muçulmanos e Cristãos, a falsificação da história da cidade, a erradicação da sua civilização, humana, histórica e da herança cultural, a alteração demográfica e geográfica da cidade são todas estas medidas inválidas e nulas, tal como está previsto pelo direito internacional e as resoluções da legitimidade internacional, bem como pelasConvenções de Genebra e de Haia para a Protecção do Património Cultural.

III. AS NEGOCIAÇÕES DE PAZ

11. As negociações de paz entre as duas partes estão num impasse sem nenhum progresso significativo devido à intransigência de Israel e a sua insistência de querer a Palestina reconhecer Israel como um Estado Judeu. Este reconhecimento só levará à revogação de muitos acordos e tratados anteriormente celebrados, bem como para o cancelamento das resoluções pertinentes do Conselho de Segurança relativas ao direito de retorno dos refugiados Palestinos à sua terra natal.Esta postura obstinada, por parte de Israel, pode levar à dissipação e perda dos direitos de 1948 dos Árabes, que agora fazem parte do Estado de Israel.

12. A Questão Palestina não iludiu a atenção dos líderes Árabes durante a 25ª Sessão Ordinária da Liga Árabe, durante a Cimeira realizada no Kuwait em 25-26 de Março de 2014.A Cimeira adoptou a Declaração de Kuwait em que os líderes Árabes reafirmaram que a causa Palestina continua a ser a questão central para as nações Árabes e Muçulmanas. Os líderes reiteraram igualmente o seu compromisso de trabalhar no sentido de exercer todos os esforços para garantir o estabelecimento de um Estado Palestino com o Jerusalém Oriental como a sua capital desde a linha de fronteira de 04 de Junho de 1967, de acordo com as resoluções internacionais números 242, 338 e 1397, no âmbito das iniciativas de paz Árabe e das resoluções da União Europeia, em especial a declaração de Bruxelas, que apela para uma necessidade de uma solução de dois Estados e impor a paz no Médio Oriente.

13. A Cimeira Árabe reiterou a sua postura e convicção de que uma paz justa e abrangente é a opção estratégica para a resolução sustentável para a Questão Palestina. A Cimeira afirmou ainda que uma paz global

e justa na região não poderia ser alcançada sem a retirada completa de Israel dos territórios Árabes e Palestinos ocupados, incluindo as Colinas Galãs Sírias e as partes do sul do Líbano, que ainda estão ocupadas, ea retirada de Israel para linhas fronteiriças de 04 de Junho de 1967.

14. A última Cimeira Árabe declarou o seu apoio firme para uma resolução justa para o problema dos refugiados Palestinos com base na Iniciativa Árabe de Paz, ea Resolução No.194 da Assembleia Geral das Nações Unidas de 1948. Afirmou igualmente a sua rejeição de todas as formas de assentamento de Israel, e manifestou a sua consolidação integral para a criação do Estado independente soberano da Palestina, com Jerusalém Oriental como a sua capital, conforme o previsto na Iniciativa Árabe de Paz aprovado na Cimeira Árabe realizada em Beirute, no Líbano, em 2002. Confirmou ainda as decisões de todas as cimeiras Árabes anteriores até agora, conforme o previsto nas resoluções da legitimidade internacional e as suas autoridades competentes.

15. Agora tornou-se bastante evidente que o objectivo das negociações de Israel é de ganhar tempo, a fim de executar o seu plano de judaização de Jerusalém, para estabelecer mais assentamentos, e de anexar mais terras para impor um *facto consumado* especialmente agora que a região está numa situação trágica devido a guerras, conflitos e disputas que têm gerado uma instabilidade em toda a região e a preocupação dos países da região com os seus próprios conflitos intra-estados, nomeadamente a Síria. Assim, o Israel quer ter um tipo de paz que deseja ter e não uma paz justa, abrangente e duradoura. Deseja ainda mais, impor a sua própria vontade e se beneficiar do desequilíbrio de poder na região, para o seu próprio benefício e, consequentemente, forçar uma paz deficiente e incompleta, que acabaria por inflamar toda a região novamente.

16. Na tentativa de encontrar maneiras de promover a continuação de negociações sérias entre as duas partes, o Presidente Mahmoud Abbas propôs ao Presidente Obama dos Estados Unidos, em Washington, para tentar convencer Israel a parar com a sua construção de assentamentos e liberar todos os prisioneiros Palestinos que foram presos em Israel desde a "Intifada" de 2005. Em contrapartida, os Palestinos concordariam em estender o prazo das negociações de paz. O Presidente Obama propôs ao Presidente Abbasa respeitar o Acordo-quadro que o Secretário de Estado Americano, John Kerry tinha proposto e prorrogar o prazo das negociações até o final de 2014.

17. Desde Novembro de 2013 não se realizou nenhuma negociação directaentre as duas partes, mas todas as negociações são dirigidas pelo mediador Americano. O Primeiro-Ministro israelita BenyaminNatenyahu está a seguir uma táctica de discutir questões marginais removidas do assunto principal das negociações e tangencial as seis questões fundamentais conhecidas para alcançar uma resolução final e sustentável para a Questão Palestina. Estas seis

questões-chave são: (a) as fronteiras, (b) Jerusalém, (c) os assentamentos, (d) os refugiados, (e) água e (f) a segurança. Agora mudou o ponto focal das negociações, para o reconhecimento de Israel pela Palestina como um Estado Judeu. Portanto, o curso corrente das negociações está seriamente ameaçado, apesar dos esforços concertados dos Americanos. Durante a Cimeira de Kuwait, os líderes Árabes, com razão, acusaramo Israel de protelar o processo de paz no Médio Oriente e da continuação da tensão na região. Rejeitaram o reconhecimento de Israel como Estado Judeu.

IV. AGRESSÃO ISRAELITA CONTRA A FAIXA DE GAZA

18. Os Palestinos em Gaza seguem com profunda preocupação a obstrução das negociações de paz com o Israel. A sua ansiedade se concentra sobre as repercussões económicas, políticas e de segurança caso as negociações fracassarem. Gaza é uma das áreas mais densamente povoadas do mundo. As estatísticas mais recentes indicam que a densidade da população nesta área é de 26 mil habitantes por quilómetro quadrado. Esta taxa da densidade populacional sobe para 55 mil habitantes por quilómetro quadrado nos campos.

19. O Israel ainda restringe o movimento dos habitantes de Gaza, e fecha as passagens, uma questão que torna a vida diária em Gaza um autêntico calvário. Além disso, o Israel, a cada momento lança ataques com roquetes contra Gaza, sob o pretexto de procurar grupos Jehadieen. Estes ataques têm arruinado infraestrutura de Gaza, as suas estradas, e os seus cabos eléctricos, e demoliu igualmente casas, escolas e hospitais, além de poluir gravemente o meio ambiente.

20. A União Africana continua a apelar o Israel para pôr fim a todas as formas de agressão, e para remover todos os bloqueios contra Gaza. Enquanto isso, a UA apela igualmente a todas as facções Palestinas para pararem com os seus ataques a partir de Gaza contra o Israel, incluindo o bombardeamento com roquetes e ataques de fronteiras, de modo a não dar ao Israel um pretexto para atacar pessoas e estabelecimentos vitais abrindo assim o caminho e criando um ambiente favorável para o continuação das negociações entre os dois lados.

21. Isso inclui a abertura das passagens e facilitar a circulação de pessoas e bens, e fazer cumprir quaisquer restrições à liberdade de movimento dos habitantes das zonas fronteiriças.A UA gostaria de lembrar o Quarteto do seu dever internacional para encontrar formas e meios de estabelecer a paz e incentivar outros países a aderir aos instrumentos internacionais relevantes para a solução duradoura da Questão Palestina. A UA exorta ao Quarteto a esforçar-se para encontrar novos mecanismos na base da legitimidade internacional para pôr fim à

ocupação israelita e as suas políticas de agressão e desestabilização, tanto em Gaza e em outros territórios ocupados.

V. CATIVOS PALESTINOS

22. Um dos principais problemas que obstruem as negociações entre as duas partes é a questão dos prisioneiros. A questão dos prisioneiros é frequentemente usado para pressionar as duas partes para mostrar as suas boas intenções, e em outras para pressioná-los a continuar com as negociações. Na sua reunião em Washington com o Presidente Norte Americano Obama, o Presidente Palestino, Abbas, pediu a libertação dos Prisioneiros Palestinos da "Intifada" de 2005, como uma pré-condição para estender o prazo das negociações com Israel. Ele apresentou uma lista de 150 nomes de prisioneiros velhos e doentes, juntamente com os nomes dos três líderes políticos Palestinos, ou seja, Marawan El Barghouty, Ahmed Sa'adat e Fouad El Shoubky .

23. A Liga dos Estados Árabes solicitou o envio de um Comité internacional para investigar a situação dos prisioneiros Palestinos e Árabes em prisões israelitas e se esforçar para liberá-los. O Secretariado-Geral da Liga dos Estados Árabes afirmou num relatório recente sobre a questão dos prisioneiros e detidos Árabes e Palestinos que está a acompanhar de perto os últimos desenvolvimentos sobre este assunto. Afirmou igualmente que a sua condição ao nível humanitário é gravemente deplorável e que ainda há mais de 5000 prisioneiros Palestinos nas prisões israelitas.

24. A Autoridade Palestina exige a conclusão da libertação do quarto lote de prisioneiros, uma questão que tem sido prejudicada como resultado da obstrução das negociações. O mediador Americano tem feito esforços para convencer ambas as partes a prorrogar o prazo para a conclusão das negociações por meio de um acordo na virtude do qual os prisioneiros Palestinos seriam libertos e seria interrompida a construção dos assentamentos israelitas, e em troca os palestinos não fariampedido às organizações internacionais em busca do seu reconhecimento.

25. A questão dos prisioneiros Palestinos sempre esteve ligada com a questão de estabelecimento da paz. Continua a ser uma parte integrante de qualquer tentativa de alcançar uma paz justa e duradoura na região. Sem acordo ou resolução não poderá jamais ser alcançada a paz,sem a libertação dos prisioneiros Palestinos. Na verdade, a Liga dos Estados Árabes adoptou várias decisões para activar a análise da questão destes prisioneiros e lançou campanhas políticas e da comunicação social internacional em todos os níveis e em todos os fóruns em apoio à libertação destes prisioneiros. Estas campanhas têm igualmente como objectivo a sensibilização internacional do estado trágico desses prisioneiros Palestinos nas prisões israelitas que sofrem de negligência médica deliberada e ameaças contínuas de suas vidas.

VI. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

26. A União Africana tem sido sempre um defensor verdadeiro e genuíno da causa Palestina incentivando os seus Estados Membros a reconhecer a Palestina e o seu direito legítimo de estabelecer o seu próprio Estado, com Jerusalém como a sua capital e dentro das fronteiras de 1967, para que possa viver lado a lado com o Estado de Israel e, portanto que a paz possa prevalecer na região.

27. A União Africana reitera o seu apoio a uma solução pacífica através dos mecanismos de negociação actualmente aplicados, de acordo com os princípios do direito internacional, e de todas as resoluções pertinentes das Nações Unidas. A União Africana afirma igualmente o seu apoio às soluções de dois estados e reafirma o seu apoio contínuo para o Estado Palestino ter o seu direito de adesão plena na ONU, bem como o seu direito de se esforçar para celebrar acordos internacionais com todas as partes da comunidade internacional. Isto vai certamente fortalecer o compromisso da Palestina para as disposições dos diversos acordos internacionais e garantir os seus direitos como um membro activo da comunidade internacional .

28. As ambições colonialistas e expansionistas de Israel nos territórios ocupados devem ser interrompidas de modo a criar um ambiente favorável para promover as negociações de paz e mover o processo adiante em prol duma paz sustentável. Esta postura vai garantir a seriedade de Israel e o seu respeito pelas soluções de dois Estados, que tinhaantes aceite. Permitirá que haja progresso nas negociações de paz. O Israel deveria tomar em consideração a crescente ira e raiva popular na região ea insatisfação de todo o mundo, como resultado da sua contínua violação do direito internacional.

29. A União Africana condena o bloqueio terrestre e marítimo aplicadoa Gaza, e solicita a abertura de todas as passagens para permitir a livre circulação de pessoas e bens. Apela a libertação imediata de todos os prisioneiros Palestinos nas prisões israelitas.

30. À medida que a União Africana está empenhada em apoiar a causa justa da Palestina de ser uma causa da libertação da ocupação estrangeira, os Estados Membros da UA são exortados a reafirmar o seu compromisso de apoio à luta do povo Palestino até que consigam estabelecer o seu estado no seu território nacional com Jerusalém como a sua capital.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository **http://archives.au.int**

Organs Council of Ministers & Executive Council Collection

2014

Report of the commission on the situation in the Middle East and Palestine

African Union

African Union

http://archives.au.int/handle/123456789/4573

Downloaded from African Union Common Repository